

SUMÁRIO

1	INTROITO	19
2	A SEGURANÇA PÚBLICA.....	21
3	PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROCESSO PENAL (E SUA APLICAÇÃO NO CURSO DA FASE PRÉ-PROCESSUAL)	27
3.1.	Devido processo legal	27
3.2.	Contraditório.....	28
3.3.	Ampla defesa	29
3.4.	Presunção ou estado de inocência	29
3.5.	Favor rei.....	31
3.6.	Verdade real.....	32
3.7.	Vedação das provas ilícitas.....	33
3.8.	Igualdade das partes.....	33
3.9.	Publicidade	33
3.10.	Livre convencimento ou persuasão racional do juiz	33
3.11.	Duplo grau de jurisdição	34
3.12.	Vedação do <i>bis in idem</i>	34
3.13.	Oficialidade.....	34
3.14.	Impulso oficial	34
4	INQUÉRITO POLICIAL	35
4.1.	Conceito.....	35
4.2.	Características.....	36
4.2.1.	Procedimento administrativo	36
4.2.2.	Sigiloso	37
4.2.3.	Escrito	42
4.2.4.	Inquisitivo (investigativo).....	43
4.2.5.	Dispensável (mas obrigatório e indisponível).....	45
4.2.6.	Destinado a elucidar fato supostamente criminoso.....	46

4.3.	Formas de comunicação.....	46
4.3.1.	Direta, espontânea, ou de cognição imediata.....	46
4.3.2.	Indireta, provocada, ou de cognição mediata.....	47
4.3.3.	Coercitiva.....	47
4.3.4.	Inqualificada.....	47
4.4.	Peças de instauração.....	50
4.4.1.	Portaria.....	50
4.4.2.	Auto de prisão em flagrante.....	51
4.5.	Formas de instauração.....	51
4.5.1.	De ofício.....	51
4.5.2.	Requerimento do ofendido.....	55
4.5.3.	Requisição do Ministério Público ou do juiz.....	55
4.5.4.	Auto de prisão em flagrante.....	56
4.6.	Prazos.....	56
4.6.1.	Investigado/Indiciado solto.....	56
4.6.2.	Indiciado preso (flagrante ou preventiva).....	59
4.6.3.	Prazos especiais.....	60
4.7.	Diligências.....	61
4.7.1.	Preservar o local do crime até a chegada dos peritos.....	61
4.7.2.	Apreender os objetos que tiverem ligações com o crime depois de liberados pelos peritos.....	62
4.7.3.	Colher todas as provas que tiverem ligação com o crime.....	62
4.7.4.	Ouvir o ofendido (vítima).....	63
4.7.5.	Ouvir o indiciado.....	72
4.7.6.	Proceder a reconhecimento de coisas e pessoas e acareação..	81
4.7.7.	Realizar exame de corpo de delito e outras perícias.....	81
4.7.8.	Juntar folha de antecedentes, identificar o indiciado pelo processo datiloscópico.....	81
4.7.9.	Pesquisar a vida peregresa do indiciado.....	85
4.7.10.	Colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.....	85
4.7.11.	Realizar a reprodução simulada dos fatos.....	86
4.8.	Indiciamento.....	87
4.9.	Incomunicabilidade.....	93
4.10.	Nulidades.....	94
4.11.	Término do inquérito policial.....	95
4.12.	Arquivamento de inquérito policial.....	98

4.13.	Valor probatório.....	104
4.14.	Termo circunstanciado.....	108
4.15.	Investigação criminal presidida pelo Ministério Público	112
4.16.	InQ 4781 – uma investigação inconstitucional conduzida pela corte constitucional	123
4.17.	Questões de concursos públicos.....	126
4.18.	Gabarito e comentários.....	152
5	AÇÃO PENAL	157
5.1.	Conceito	157
5.2.	Condições gerais da ação.....	157
5.3.	Espécies.....	159
5.3.1.	Ação penal pública	159
5.3.1.1.	Generalidades.....	159
5.3.1.2.	Princípios.....	160
5.3.1.3.	Representação.....	160
5.3.1.4.	Requisição do Ministro da Justiça	163
5.3.1.5.	Denúncia	163
5.3.2.	Ação penal privada.....	164
5.3.2.1.	Generalidades.....	164
5.3.2.2.	Princípios.....	165
5.3.2.3.	Queixa-crime.....	167
5.3.2.4.	Renúncia, perdão e perempção.....	167
5.4.	Questões de concursos públicos.....	169
5.5.	Gabarito e comentários.....	176
6	COMPETÊNCIA (E CIRCUNSCRIÇÃO POLICIAL).....	179
6.1.	Conceito.....	179
6.2.	Espécies.....	180
6.2.1.	Competência em razão do lugar	180
6.2.2.	Competência em razão da matéria (natureza da infração penal).....	181
6.2.2.1.	Competência da justiça militar.....	182
6.2.2.2.	Competência da justiça eleitoral	184
6.2.2.3.	Competência da justiça federal.....	186
6.2.2.4.	Competência da justiça estadual	192
6.2.3.	Competência em razão da pessoa (foro por prerrogativa de função)	192
6.3.	Distribuição	197
6.4.	Conexão e continência.....	198

6.5.	Prevenção.....	201
6.6.	Súmulas aplicáveis à matéria e comentários correlatos.....	202
6.6.1.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	202
6.6.2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal.....	207
6.7.	Questões de concursos públicos.....	209
6.8.	Gabarito e comentários.....	218
7	SUJEITOS PROCESSUAIS – E SUA ATUAÇÃO NO INQUÉRITO POLICIAL.....	221
7.1.	Juiz.....	221
7.1.1.	Qualidades ou pressupostos.....	222
7.1.2.	Impedimento, suspeição e incompatibilidade.....	222
7.1.3.	Poderes.....	223
7.1.4.	Prerrogativas e vedações.....	224
7.2.	Ministério Público.....	225
7.2.1.	Funções.....	225
7.2.2.	Prerrogativas e vedações.....	229
7.3.	Acusado.....	230
7.3.1.	Identificação.....	230
7.3.2.	Direitos.....	230
7.4.	Defensor.....	231
7.5.	Assistente de acusação.....	232
7.6.	Auxiliares da Justiça.....	233
7.7.	Delegado de polícia – funções e natureza do cargo.....	233
7.7.1.	O delegado de polícia como garantidor dos direitos do cidadão.....	238
7.8.	Questões de concursos públicos.....	241
7.9.	Gabarito e comentários.....	245
8	PROVAS.....	247
8.1.	Introito.....	247
8.2.	Fatos que independem de prova.....	247
8.2.1.	Axiomáticos ou intuitivos.....	247
8.2.2.	Notórios.....	248
8.2.3.	Presunções legais.....	248
8.3.	Provas ilícitas e ilegítimas.....	248
8.4.	O superdimensionamento de direitos individuais e a anulação de investigações policiais no âmbito dos tribunais superiores.....	252
8.5.	Sistemas de apreciação da prova.....	259
8.5.1.	Ordálio ou sistema das provas irracionais.....	259

8.5.2.	Certeza moral do legislador.....	259
8.5.3.	Certeza moral do julgador ou íntima convicção.....	259
8.5.4.	Persuasão racional ou da livre convicção motivada.....	259
8.6.	Serendipidade	260
8.7.	As provas nominadas pelo Código de Processo Penal	263
8.7.1.	Perícias em geral e exame de corpo de delito	263
8.7.2.	Interrogatório	271
8.7.3.	Confissão	276
8.7.4.	Declarações do ofendido.....	278
8.7.5.	Prova testemunhal.....	279
8.7.6.	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	282
8.7.7.	Acareação.....	284
8.7.8.	Documentos.....	284
8.7.9.	Indícios	285
8.8.	Busca e apreensão.....	285
8.9.	A restituição de coisas apreendidas	295
8.10.	Medidas assecuratórias.....	296
8.10.1.	Sequestro	297
8.10.2.	Hipoteca legal.....	298
8.10.3.	Arresto.....	299
8.10.4.	Alienação antecipada	300
8.11.	Incidente de insanidade mental	300
8.12.	A quebra do sigilo das comunicações telefônicas	301
8.13.	Escuta telefônica, gravação clandestina, interceptação ambiental escuta ambiental e gravação ambiental.....	323
8.14.	A quebra do sigilo das comunicações telemáticas	330
8.15.	Quebra do sigilo bancário.....	331
8.16.	Quebra do sigilo fiscal	332
8.17.	Infiltração policial	333
8.18.	Infiltração policial na internet (infiltração virtual)	335
8.19.	Colaboração premiada	338
8.20.	Ação controlada.....	357
8.21.	Pode o delegado de polícia representar diretamente medidas caute- lares ao judiciário, no curso do inquérito policial?.....	361
8.22.	Questões de concurso públicos.....	364
8.23.	Gabarito e comentários.....	396
9	MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA.....	401

9.1.	Medidas cautelares diversas da prisão	401
9.1.1.	Generalidades.....	401
9.1.2.	Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.....	403
9.1.3.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações.....	403
9.1.4.	Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante	404
9.1.5.	Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.....	404
9.1.6.	Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos	404
9.1.7.	Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais	405
9.1.8.	Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração	406
9.1.9.	Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial	406
9.1.10.	Monitoração eletrônica	407
9.2.	Prisões cautelares	407
9.2.1.	Generalidades sobre a prisão cautelar	407
9.2.2.	O uso de algemas.....	409
9.2.3.	Prisão em flagrante delito	411
9.2.3.1.	Generalidades.....	411
9.2.3.2.	A mitigação da inviolabilidade de domicílio em caso de flagrante.....	412
9.2.3.3.	Audiência de custódia	417
9.2.3.4.	Sujeitos do flagrante	425
9.2.3.5.	Modalidades de flagrante	429
9.2.3.6.	Lavratura do auto flagrancial e seus desdobramentos.....	431
9.2.3.7.	Apresentação espontânea	447

9.2.3.8.	Flagrante esperado, retardado, preparado e forjado.....	448
9.2.4.	Prisão preventiva.....	451
9.2.5.	Prisão temporária.....	466
9.2.6.	Prisão domiciliar.....	473
9.3.	Liberdade provisória.....	479
9.4.	Relaxamento da prisão.....	484
9.5.	A realidade das prisões no Brasil.....	487
9.6.	Não recepção da expressão “para interrogatório” do artigo 260 do código de processo penal – ADPF 395 e 444.....	490
9.7.	Prisão em face de decisão condenatória proferida por tribunal de segundo grau.....	492
9.8.	Questões de concursos públicos.....	496
9.9.	Gabarito e comentários.....	525
10	ALGUNS TÓPICOS COBRADOS EM EDITAIS DE CONCURSOS DE DELEGADO DE POLÍCIA.....	531
10.1.	Fontes do Processo Penal.....	531
10.2.	Interpretação.....	532
10.2.1.	Quanto à pessoa que interpreta.....	532
10.2.2.	Quanto ao modo de interpretar.....	532
10.2.3.	Quanto ao resultado.....	532
10.2.4.	Analogia x Interpretação analógica.....	532
10.3.	Sistemas Processuais.....	533
10.4.	Eficácia da lei processual penal.....	533
10.5.	Processo criminal de crimes comuns.....	534
10.5.1.	Procedimento ordinário.....	535
10.5.2.	Procedimento sumário.....	539
10.5.3.	Procedimento nos crimes funcionais.....	539
10.5.4.	Procedimento da Lei de Drogas (Lei 11.343/06).....	539
10.5.5.	Procedimento sumaríssimo.....	542
10.6.	Recursos.....	549
10.6.1.	Recursos em espécie.....	553
10.7.	Nulidades.....	555
10.7.1.	Súmulas do STF sobre o tema.....	556
10.7.2.	Teses do STJ sobre nulidades (edição 69 da jurisprudência em teses).....	556
10.8.	Ações autônomas de impugnação.....	558
10.8.1	<i>Habeas corpus</i>	558

10.8.2. Teses do STJ sobre <i>habeas corpus</i>	559
10.8.3. Mandado de segurança	561
11 LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE.....	563
11.1. Introdução e disposições gerais.....	563
11.2. Sujeitos do crime e ação penal.....	564
11.3. Efeitos da condenação e penas restritivas de direitos	565
11.4. Sanções de natureza civil e administrativa	565
11.5. Crimes e penas	566
11.6. Procedimento e disposições finais.....	580
11.7. Dispositivos vetados e razões dos vetos	582
12 CASUÍSTICA	589
12.1. Introito.....	589
12.2. Ciganos	589
12.3. Flagrante esperado em tráfico de drogas.....	593
12.4. O anonimato e o inquérito policial	595
12.5. Trincheira contra o crime.....	598
12.6. Combatendo os discípulos de Lampião.....	600
12.7. Vazamento do ENEM/2010	602
12.8. Detalhes de um esquema de desvio	604
13 CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS	609
14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	611